

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	9
--------------------------	---

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	66
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	22.357.800.000
Preferenciais	0
Total	22.357.800.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	797.091	792.424
1.01	Ativo Circulante	15.479	41.168
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.982	27.347
1.01.03	Contas a Receber	8.070	9.909
1.01.03.01	Clientes	8.070	9.909
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.891	1.808
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.891	1.808
1.01.07	Despesas Antecipadas	246	874
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.290	1.230
1.01.08.03	Outros	1.290	1.230
1.02	Ativo Não Circulante	781.612	751.256
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.388	11.231
1.02.01.03	Contas a Receber	3.716	3.716
1.02.01.03.01	Clientes	3.716	3.716
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.350	7.269
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.350	7.269
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	929	246
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.393	0
1.02.01.09.03	Ganho não realizado com operação de derivativo	1.393	0
1.02.03	Imobilizado	8.873	6.515
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.873	6.515
1.02.04	Intangível	755.351	733.510
1.02.04.01	Intangíveis	755.351	733.510
1.02.04.01.02	Direito de Outorga da Concessão	517.345	522.450
1.02.04.01.03	Direito de Exploração da Infraestrutura	237.397	210.414
1.02.04.01.04	Direito de Uso de Software	609	646

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	797.091	792.424
2.01	Passivo Circulante	545.927	533.174
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.186	3.505
2.01.01.01	Obrigações Sociais	369	405
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.817	3.100
2.01.02	Fornecedores	18.149	21.249
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.149	21.249
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.042	2.920
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.185	1.778
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.185	1.778
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	857	1.142
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	518.552	481.438
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	518.552	481.438
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	518.552	481.438
2.01.05	Outras Obrigações	636	814
2.01.05.02	Outros	636	814
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	391	539
2.01.05.02.05	Outros Passivos	245	275
2.01.06	Provisões	3.362	23.248
2.01.06.02	Outras Provisões	3.362	23.248
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.362	23.248
2.02	Passivo Não Circulante	52.441	51.842
2.02.02	Outras Obrigações	43.093	41.358
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	40.051	38.195
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	40.051	38.195
2.02.02.02	Outros	3.042	3.163
2.02.02.02.03	Outros Passivos	3.042	3.163
2.02.04	Provisões	9.348	10.484
2.02.04.02	Outras Provisões	9.348	10.484
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	1.686	1.480
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	0	4.837
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	7.662	4.167
2.03	Patrimônio Líquido	198.723	207.408
2.03.01	Capital Social Realizado	223.578	223.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-24.855	-16.170

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	62.088	127.744	49.401	85.418
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-44.320	-89.924	-30.617	-49.798
3.03	Resultado Bruto	17.768	37.820	18.784	35.620
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.460	-6.818	-2.956	-5.547
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.460	-6.818	-2.840	-5.431
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.135	-6.158	-2.459	-4.839
3.04.02.02	Honorários da Administração	-325	-660	-381	-592
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-116	-116
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.308	31.002	15.828	30.073
3.06	Resultado Financeiro	-22.725	-43.768	-19.353	-38.700
3.06.01	Receitas Financeiras	1.483	2.151	1.964	3.834
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.208	-45.919	-21.317	-42.534
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.417	-12.766	-3.525	-8.627
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.771	4.081	1.121	2.708
3.08.01	Corrente	2.771	4.081	1.121	2.708
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.646	-8.685	-2.404	-5.919
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.646	-8.685	-2.404	-5.919
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,25200	-0,38800	-0,10800	-0,26500

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	33.812	37.184
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	36.767	41.158
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-8.685	-5.919
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-4.081	-2.708
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	7.349	6.058
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias - Obrigações Poder Concedente	906	4.741
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos	37.114	35.391
6.01.01.06	Juros sobre Mútuos com Partes Relacionadas	1.856	1.967
6.01.01.07	Provisão para Demandas Judiciais	206	116
6.01.01.08	Provisão para Manutenção em Rodovias	3.495	1.512
6.01.01.09	Ganho não realizado com operação de derivativo	-1.393	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.955	-3.974
6.01.02.01	Contas a Receber	1.839	-1.235
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	-55	-799
6.01.02.03	Outros Ativos	-60	-83
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	-3.100	-397
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	-148	-7
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-878	-112
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-319	-474
6.01.02.09	Outros Passivos	-151	-10
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	-83	-857
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-57.177	-38.618
6.02.01	Investimentos no Ativo Imobilizado	-2.639	-409
6.02.02	Investimentos no Ativo Intangível	-25.398	-18.318
6.02.03	Provisão para Investimento em Rodovias - Pagamentos	-29.140	-19.891
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-1.759
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	0	484.200
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	0	-485.959
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-23.365	-3.193
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.347	75.125
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.982	71.932

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-16.170	0	207.408
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-16.170	0	207.408
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.685	0	-8.685
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-8.685	0	-8.685
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	-8.685	0	-8.685
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-24.855	0	198.723

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-4.969	0	218.609
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-4.969	0	218.609
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.919	0	-5.919
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-5.919	0	-5.919
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	-5.919	0	-5.919
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-10.888	0	212.690

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	134.634	91.729
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	79.852	73.064
7.01.02	Outras Receitas	54.782	18.665
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	54.491	18.459
7.01.02.02	Receitas Acessórias	291	206
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-80.465	-41.783
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.573	-21.126
7.02.04	Outros	-56.892	-20.657
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-54.491	-18.459
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-2.401	-2.198
7.03	Valor Adicionado Bruto	54.169	49.946
7.04	Retenções	-7.349	-6.058
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.349	-6.058
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	46.820	43.888
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.151	3.834
7.06.02	Receitas Financeiras	2.151	3.834
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	48.971	47.722
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	48.971	47.722
7.08.01	Pessoal	10.155	8.216
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.438	6.716
7.08.01.02	Benefícios	1.717	1.500
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.046	6.404
7.08.02.01	Federais	3.445	2.779
7.08.02.03	Municipais	3.601	3.625
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.455	39.021
7.08.03.01	Juros	38.970	37.358
7.08.03.02	Aluguéis	1.485	1.663
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-8.685	-5.919
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-8.685	-5.919



Concessionária Rodovias do Tietê – 2012

As informações não financeiras incluídas no Comentário de Desempenho, assim como os percentuais derivados, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

A administração da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. doravante denominada “Concessionária”, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório de Desempenho e as correspondentes Informações Contábeis Intermediárias contidas no formulário ITR da Comissão de Valores Mobiliários referentes ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012, acompanhado do relatório de revisão dos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Em abril de 2009, a Concessionária Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e a construção dos Contornos de Piracicaba e Maristela que contribuirão com o desenvolvimento econômico da



região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.

Desempenho Econômico Financeiro

Receitas

A Concessionária obteve, nos seis primeiros meses de 2012, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 79.852 mil (R\$ 73.064 mil em 2011). No mesmo período, arrecadou R\$ 291 mil (R\$ 206 mil no 1º semestre de 2011) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$ 6.890 mil em 2012 e R\$ 6.311 mil em 2011.

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no primeiro semestre de 2012, R\$ 54.491 mil de receita de construção contra R\$ 18.459 mil em 2011 com contrapartida nos custos de construção, com margem igual a zero.

De acordo com o CPC30 – Receitas, o reconhecimento da receita dos serviços prestados deve ser feito pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Concessionária utilizou, para esse fim, margem zero nas receitas oriundas e nos custos incorridos relativos à construção da infraestrutura concedida.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custo referente à outorga variável de 3% sobre a arrecadação de pedágio e receitas acessórias.

Os custos de construção da infraestrutura referem-se à provisão dos custos com conservação especial projetado para a primeira intervenção que ocorrerá até 2014, a valor presente, conforme plano de investimento firmado com a ARTESP na assinatura do contrato de concessão, além da amortização do intangível.



Segue abaixo breve resumo das receitas e das despesas operacionais

Em R\$ Mil - Acumulado Junho	2012	2011
Receita Bruta	134.634	91.729
Receitas de Pedágio	79.852	73.064
Receita de Construção	54.491	18.459
Outras Receitas	291	206
(-) Deduções de Receita	(6.890)	(6.310)
Receita Líquida	127.744	85.419
(-) Custos e Despesas Operacionais	(34.902)	(30.829)
(-) Custos de Construção	(54.491)	(18.459)
EBITDA	38.351	36.131
Margem EBTIDA	52,35%	53,96%

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido no período de seis meses, encerrado em 30 de junho de 2012, refere-se às receitas financeiras oriundas de aplicações de baixo risco (Certificado de Depósito Bancário – CDB), deduzidas das despesas financeiras, compostas pelos juros e comissões sobre a terceira série de notas promissórias emitidas em dezembro de 2011 no montante de R\$ 484.200 mil.

Empréstimos e Financiamentos

Em abril de 2009 foram contratadas Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) no valor de R\$ 357.000 mil, para permitir à Companhia efetuar os pagamentos do ônus fixo da concessão devidos à ARTESP pela outorga da concessão, podendo, adicionalmente, terem sido destinados à realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. O vencimento original desses



contratos era em 08 de outubro de 2010, o qual foi prorrogado para dezembro de 2010, remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 5,5% ao ano.

Essas Cédulas de Crédito Bancário foram liquidadas em dezembro de 2010, quando foram emitidas notas promissórias, com vencimento para 21 de junho de 2011, remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 3,7% ao ano. Esses títulos de dívida estão garantidos por aval dos acionistas e fiança bancária. Os recursos foram destinados para liquidação das Cédulas de Créditos Bancários e financiamento dos investimentos em obras previstas no Contrato de Concessão.

Em 21 de junho de 2011 foi emitida a segunda série de notas promissórias, para liquidação da primeira série. Este financiamento de curto prazo foi liquidado em 17 de dezembro de 2011 via emissão da terceira série de notas promissórias com vencimento em 16 de junho de 2012, estas foram prorrogadas por mais 60 dias visando a 4ª emissão que terá prazo de 12 meses e valor de R\$ 600 MM. Durante este prazo será estruturado a nova operação de debêntures com data prevista para agosto de 2013.

Investimentos e Ativo Intangível

Os investimentos realizados nos seis primeiros meses de 2012 representaram R\$ 57.177 mil e foram destinados para a ampliação, conservação e manutenção das rodovias, compra de equipamentos, construção de instalações e implantação de elementos de segurança e de sinalização.

Após a adoção do ICPC 01, todo investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a ampliação ou manutenção da infraestrutura concedida, passou a ser classificado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pela curva anual de demanda de tráfego nos trinta anos de Concessão.



Gestão de Pessoas

O capital humano é o principal ativo de uma companhia e, sob esta ótica, a Rodovias do Tietê preocupa-se constantemente com a valorização e desenvolvimento de todo o seu time de mais de 400 funcionários.

Com base nessa filosofia de atuação, a área de recursos humanos está estruturada para realizar a gestão de pessoas no que tange a política de remuneração e benefícios, avaliação de desempenho, processos de admissão e demissão e treinamentos.

Esses três primeiros anos de operação foram fundamentais para a construção de uma equipe competente e comprometida com os objetivos traçados, permitindo à Concessionária atender e superar as necessidades dos usuários e da sociedade.

Para isso foram definidas as necessidades e a aplicação de treinamentos específicos, tanto para as equipes operacionais quanto administrativas. Definiu-se, também a metodologia de avaliação e remuneração por desempenho.

Responsabilidade Social

A Rodovias do Tietê é formada por um grande time de profissionais dedicado a fazer o melhor pelos usuários do seu sistema viário. Atividades educativas realizadas pelos colaboradores da empresa em parceria com o Policiamento Rodoviário conscientizam para a segurança de quem trafega ou mora perto de uma rodovia.

Foram 18 campanhas ao longo de 2011 que abordaram mais de 7.300 pessoas, entre adultos e crianças, todos multiplicadores de uma nova consciência para um trânsito melhor e mais respeitoso. As campanhas fazem parte do Programa de Redução de Acidentes adotado pela concessionária conforme orientação da Artesp.



As principais campanhas foram:

- Campanha Álcool e Direção;
- Quarta no Quartel;
- Café na Passarela;
- Campanha para motociclistas;
- Campanha de uso do cinto de segurança;
- Semana Nacional do Trânsito: Campanha Seleção da Estrada;
- Campanha para pedestres

Responsabilidade Ambiental

Além de se preocupar com a segurança e infraestrutura de quem viaja pelo seu trecho, a Concessionária Rodovias do Tietê também está atenta ao meio ambiente. A empresa elabora e implanta, periodicamente, planos de gestão ambiental para obras ao longo do sistema concessionado, incluindo o acompanhamento ambiental por profissionais especializados.

As árvores e vegetação nativas eventualmente suprimidas para realização das obras são compensadas pelo plantio de novas unidades em quantidade e locais aprovados pelos órgãos ambientais.

Além disso, pela segunda vez a Concessionária Rodovias do Tietê realizou a ação “Deixe o mundo mais verde” – lema da Campanha em homenagem ao Dia da Árvore (21 de setembro) e início da Primavera (23 de setembro) e que distribuiu mudas de Ipê Roxo (*Tabebuia avellanedae*) e Aroeira Pimenteira (*Schinus terebinthifolia*) aos usuários do sistema concessionado. A distribuição de 15 mil mudas de árvores aconteceu em todas as nove praças de pedágio, além de marcar mais uma edição da Semana Nacional de Trânsito.



Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, informamos que durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, a Companhia não contratou, junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa.

Conselho de Administração
Alexandre Tujisoki
Joana Ricciardi
Pedro Rache
Rafael Negrão Rossi
Sergio Santillan
Tiago Caseiro

Diretoria Executiva
Sebastião Ricardo C. Martins
Paulo Jorge C. Fernandes

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, Estado de São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”).

A Companhia tem como objetivo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação e exploração, mediante concessão onerosa, do Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, sob a forma determinada no Edital de Concorrência Pública Internacional nº. 005/2008, definido por Corredor Marechal Rondon Leste incluído na 2ª Etapa da 2ª Fase do Programa de Concessões de Rodoviárias do Estado de São Paulo, cujo leilão foi promovido pela ARTESP em 29 de outubro de 2008. O corredor é constituído por trecho da Rodovia SP-300 e acessos, totalizando 417 km. O prazo da concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em março de 1998, em decorrência do Programa Estadual de Desestatização instituído pela Lei Estadual nº. 9.361, de 1996. O regime escolhido foi o de concessão por prazo certo, durante o qual as concessionárias se responsabilizam, por sua conta e risco, pela totalidade dos investimentos e recursos necessários ao cumprimento dos contratos, remunerados pela cobrança de pedágios e por outras receitas acessórias, a exemplo da exploração de publicidade.

O ônus fixo, estabelecido no Contrato de Concessão Rodoviária, pago à ARTESP, foi de R\$517 milhões. A Companhia reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível, como “direito da outorga de concessão”. Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação de pagamento mensal do ônus variável, correspondente a 3% da receita bruta de arrecadação de pedágio. Os recursos necessários para pagamento do direito de outorga da concessão foram obtidos por meio de financiamentos bancários.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

O Corredor Marechal Rondon Leste tem como eixo principal a rodovia SP-300, que é uma importante rodovia radial de atendimento da região oeste do Estado de São Paulo. A rodovia SP-300 tem diretriz noroeste, passando pelas regiões de Botucatu, Bauru e Araçatuba. Com a construção da Rodovia Castelo Branco (SP-280), em 1969, essa rodovia perdeu parte da sua importância, adquirindo o papel de principal via radial de sua região. A rodovia se inicia no km 62 da via Anhanguera, no município de Jundiá, e segue na direção noroeste por cerca de 600 km até a divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Mato Grosso do Sul, atravessando dezenas de cidades, dentre as quais Itu, Porto Feliz, Tietê, Laranjal Paulista, Botucatu, São Manuel, Lençóis Paulista, Agudos, Bauru, Pirajuí, Cafelândia, Lins, Promissão, Penápolis, Araçatuba, Guararapes, Valparaíso, Mirandópolis e Andradina.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob-responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-113, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob-responsabilidade da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 30 de junho de 2012, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$1.099 milhões (R\$2.319 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Os valores dos investimentos poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

No dia 17 de novembro de 2009 à zero hora, a Companhia iniciou a cobrança das tarifas nas 9 praças de pedágio de sua responsabilidade, com base na autorização da ARTESP, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de novembro de 2009. Anteriormente a essa data, a Companhia possuía uma praça de pedágio ativa, cuja cobrança ocorria em apenas um sentido da via. Essa praça foi recebida do Governo do Estado no ato da assinatura do Contrato de Concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 09 de fevereiro de 2012, a Comissão de Valores Mobiliários concedeu à Companhia o registro de companhia aberta. O objetivo desse registro é possibilitar a emissão de debêntures, de acordo com a CVM 400, conforme comentado abaixo.

Situação financeira

Tal como esperado nas projeções financeiras do modelo de negócio para os primeiros anos de atividade, a Companhia tem incorrido em prejuízos operacionais, tendo apurado prejuízo líquido de R\$8.685 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 e, naquela data, apresentou um excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante de R\$530.448. Nessa data, o endividamento da Companhia estava composto, substancialmente, por notas promissórias com vencimento para 13 de agosto de 2012, no montante de R\$518.552 (vide nota explicativa nº 9), remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidas de 3,7% ao ano.

Conforme comentado anteriormente, a Companhia, em 2009, assumiu a operação do corredor leste da rodovia Marechal Rondon, após ser a vencedora do processo licitatório ocorrido em 2008, sendo pago ao poder concedente o montante de R\$517 milhões à título de outorga fixa durante os 18 primeiros meses de operação.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação financeira--Continuação

Para financiar este projeto, a Concessionária obteve junto a um sindicato bancário liderado pelo Banco do Brasil e Banco Espírito Santo um empréstimo ponte, quitado em 21 de dezembro de 2010 com os recursos obtidos pela emissão da 1ª série de notas promissórias com vencimento para 21 de junho de 2011, prorrogadas para 17 de dezembro de 2011 (2ª série) e, novamente, para 13 de junho de 2012 (3ª série), para melhor estruturação do empréstimo de longo prazo pelo mesmo sindicato contratado para o empréstimo ponte.

A operação de longo prazo estruturada pelo sindicato previa a obtenção de parte dos recursos via debêntures e parte via sistema BNDES, que prevê amortizações lineares e não otimizadas de acordo com a evolução do fluxo de caixa da Companhia, além de *cross default* com outras operações dos acionistas. Este cenário não atendia as necessidades da Concessionária, que optou por rescindir, em 2012, o contrato arcando integralmente com as despesas contratuais estipuladas.

Na sequência, em 26 de março de 2012, a Companhia contratou o Banco Barclays para a estruturação de uma nova operação com recursos oriundos totalmente via emissão de debêntures e com o amparo da Lei nº 12.431, que prevê isenção de impostos para investidores nacionais e estrangeiros para investimentos de infraestrutura. Devido ao curto prazo para a emissão e distribuição dos papéis, a Companhia optou por seguir a instrução CVM 476, que prevê um máximo de 50 investidores para a oferta. No entanto, durante o período de *road show*, percebeu-se uma retração do mercado internacional devido à crise europeia e à volatilidade cambial dos últimos meses. Já os investidores nacionais, principalmente com políticas de crédito mais conservadoras, optaram por aguardar a estabilização do mercado financeiro, além de novas operações enquadradas na Lei nº 12.431, visto que era a primeira baseada na nova legislação, apesar das taxas atrativas dos papéis remunerados a IPCA+8,75%. Com este cenário, a Companhia decidiu que a melhor opção seria alongar sua dívida de curto prazo por 12 meses, para então emitir as debêntures nos mesmos moldes da oferta anterior, optando pela instrução CVM 400, que possibilita uma gama maior de investidores, além do amadurecimento das operações enquadradas pela Lei nº 12.431. Para isso, a Companhia cancelou, em 1º de junho de 2012, a operação com o Banco Barclays e contratou o Banco BTG Pactual S.A., que adquiriu no mercado secundário as notas promissórias que venceram dia 13 de junho de 2012, prorrogando-as em 60 dias.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação financeira--Continuação

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia realizou a emissão da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$600.000, tomadas integralmente pelo Banco BTG Pactual S.A., com vencimento em 13 de agosto de 2013, garantidas por: (i) alienação fiduciária das ações de controle acionário da Companhia; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis da Companhia; e (iii) constituição em garantia de todos os direitos emergentes da concessão. Os recursos financeiros obtidos foram utilizados na liquidação das notas promissórias da emissão anterior, no montante de R\$525.583 em 13 de agosto de 2012, e o restante, no valor de R\$74.417, para financiamento de obras, conforme cronograma previsto no Contrato de Concessão, para o período até fevereiro de 2013. Dessa forma, a Concessionária acredita que suas operações estarão garantidas até que a obtenção de recursos financeiros de longo prazo, através da emissão de debêntures, seja efetivamente realizada.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para o período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2012 foram elaboradas de acordo o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base em diversas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis intermediárias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Para adequação à forma de apresentação das informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2012, nas informações contábeis intermediárias de 31 de dezembro de 2011, as contas a receber do Poder Concedente relativas ao pleito de reequilíbrio econômico-financeiro da concessão (vide Nota 5), originalmente registradas no ativo circulante, no montante de R\$3.716, foram reclassificadas para o ativo não circulante. Essa reclassificação não causou impacto no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 ou no patrimônio líquido naquela data.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de agosto de 2012.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das informações contábeis intermediárias são:

2.1) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria determinado no contrato de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.1) Apuração do resultado--Continuação

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente.

2.2) Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.2) Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado--Continuação

Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os contratos principais não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia não fazia parte de contratos com derivativos embutidos.

b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis geralmente não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na linha de receita na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

b) Empréstimos e recebíveis--Continuação

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis referem-se à caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo:

- Caixa e equivalentes de caixa - compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Contas a receber - referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas informações contábeis intermediárias. Quando julgado necessário pela administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização.

c) Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

c) Investimentos mantidos até o vencimento--Continuação

A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como investimentos mantidos até o vencimento.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

d) Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das informações contábeis intermediárias. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos expirarem; e
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repassa"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e prestadores de serviços, notas promissórias, credor pela concessão e mútuos a pagar a partes relacionadas.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem os passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 – Derivativos, incluindo derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía passivos financeiros a valor justo por meio do resultado.

b) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, todos os instrumentos financeiros passivos da Companhia estão classificados nessa categoria.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumento financeiro derivativo para proteção de risco de taxa de juros das notas promissórias (*swap* de taxa de juros). O instrumento financeiro derivativo foi inicialmente reconhecido ao valor justo na data em que o derivativo foi contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo. Esse instrumento financeiro derivativo é apresentado como ativo financeiro quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivo financeiro quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

2.4) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e,
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.4) Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Passivo não circulante		
Provisão para investimentos em rodovias a valor nominal	3.515	28.861
Provisão para investimentos em rodovia a valor presente	(i) 3.362	28.085
Ajuste a valor presente	<u>153</u>	<u>776</u>
Provisão para manutenção a valor nominal	15.012	8.917
Provisão para manutenção a valor presente	(ii) 7.662	4.167
Ajuste a valor presente	<u>7.350</u>	<u>4.750</u>

- (i) As mensurações dos respectivos valores presentes foram calculadas originalmente com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração foi baseada na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros, na data da assinatura do Contrato de Concessão.
- (ii) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflita a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.5) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 7, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.6) Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

2.7) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada período, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente antes dos impostos, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo, para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) estimado calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.7) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis-- Continuação

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

2.8) Custos de empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros encargos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.9) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.9) Provisões--Continuação

Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.11) Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de divulgação. A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.12) Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada por não haver valores a serem apresentados sobre esse conceito diferentes do resultado. Dessa forma, o resultado do período é igual ao resultado abrangente total.

2.13) Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.14) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Os pronunciamentos IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) – Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) – Investimentos em Coligada e em Controlada passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera nenhum impacto significativo em suas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias pela adoção destes pronunciamentos.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das informações contábeis intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:
Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado nas notas explicativas nº 8 e 11.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	2.656	1.886
Aplicações financeiras	1.326	25.461
	<u>3.982</u>	<u>27.347</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

5. Contas a receber

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pedágio eletrônico a receber (i)	6.592	8.130
Cartões de pedágio a receber (i)	469	391
Receitas acessórias (i)	173	-
Indenizações a receber do Poder Concedente (ii)	3.716	3.716
Valores em trânsito	836	1.388
	<u>11.786</u>	<u>13.625</u>
Não circulante	<u>(3.716)</u>	<u>(3.716)</u>
Circulante	<u>8.070</u>	<u>9.909</u>

- (i) A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.
- (ii) Refere-se a tarifas não recebidas durante a suspensão da cobrança das tarifas entre os dias 18 e 24 de novembro de 2009 para a praça de pedágio situada no município de Conchas, e entre os dias 20 e 24 de novembro de 2009 para as demais praças, originada de uma ação civil pública movida pelo promotor de justiça da Comarca de Conchas, Estado de São Paulo. Essa liminar foi cassada e a administração pleiteia o reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente pelos dias que não houve a cobrança de pedágio. A Administração não espera perdas sobre esses valores, uma vez que a Companhia atendeu as regras estabelecidas no Contrato de Concessão, iniciando a arrecadação após a entrega do programa inicial de construção das praças de pedágio e das rodovias, e, dessa forma, o reequilíbrio econômico e financeiro é devido e previsto no Contrato de Concessão.

6. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	12.676	6.602
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	573	503
Provisão para participação nos lucros	434	689
Outras provisões	122	228
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (ii):		
Provisão para manutenção de rodovias	2.605	1.416
Provisão para investimentos em rodovias	1.143	9.548
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	4.773	(3.942)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão (i)	1.609	1.743
	<u>23.935</u>	<u>16.787</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (ii):		
Amortização – curva de tráfego (iii)	(12.111)	(9.518)
Ganho não realizado com operação de derivativo	(474)	-
	<u>(12.585)</u>	<u>(9.518)</u>
Líquido	<u>11.350</u>	<u>7.269</u>

- (i) Refere-se ao efeito tributário sobre a reversão, em 2010, do ajuste a valor presente, registrado em 2009, na rubrica Credora por concessão, em contrapartida do Intangível. Em 2009, a Companhia não optou pelo RTT – Regime Tributário de Transição, dessa forma, a reversão do ajuste a valor presente registrado em 2009 foi considerada indedutível na apuração do imposto de renda e contribuição social de 2010. Esse ativo fiscal diferido está sendo realizado concomitantemente à amortização do Intangível.
- (ii) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (iii) Refere-se aos tributos diferidos sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

A Companhia contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos tributários em prazo inferior a 10 anos. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período de seis meses findo em 30 de junho de 2012. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.787	(9.518)	7.269
Efeito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social do período	6.074	-	6.074
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	70	-	70
Provisão para participação nos lucros	(255)	-	(255)
Outras provisões	(106)	-	(106)
Ganho não realizado com operação de derivativo	-	(474)	(474)
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	1.189	-	1.189
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	97	-	97
Reversão do ajuste a valor presente	213	-	213
Complemento da provisão	1.193	-	1.193
Pagamento da provisão pela realização de obras	(9.908)	-	(9.908)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão	(134)	-	(134)
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	8.715	-	8.715
Amortização – curva de tráfego	-	(2.593)	(2.593)
Saldo em 30 de junho de 2012	23.935	(12.585)	11.350
	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2011		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.872	(4.621)	2.251
Efeito tributário sobre compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no período	3.284	-	3.284
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	40	-	40
Provisão para participação nos lucros	(293)	-	(293)
Provisão para perdas sobre outros créditos	(1)	-	(1)
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	515	-	515
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	987	-	987
Reversão do ajuste a valor presente	627	-	627
Pagamento da provisão pela realização de obras	(6.724)	-	(6.724)
Amortização do ajuste a valor presente de credor pela concessão	(134)	-	(134)
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	6.724	(2.317)	4.407
Saldo em 30 de junho de 2011	11.897	(6.938)	4.959

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(12.766)	(8.627)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	4.340	2.933
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Realização do ajuste a valor presente sobre credor pela concessão	(134)	(134)
Diferenças permanentes	(125)	(91)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado do período	<u>4.081</u>	<u>2.708</u>
Taxa efetiva	32%	31%

7. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	30/06/2012			31/12/2011
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	401	(63)	338	299
Equipamentos de informática	20	2.312	(862)	1.450	1.208
Equipamentos de telefonia comercial	20	197	(32)	165	183
Edifícios	4	6.128	-	6.128	-
Imobilizações em andamento	-	16	-	16	4.728
Adiantamentos a fornecedores	-	508	-	508	-
Outros	10 a 20	340	(72)	268	97
		<u>9.902</u>	<u>(1.029)</u>	<u>8.873</u>	<u>6.515</u>

Refere-se a bens não vinculados ao contrato de concessão.

O saldo de edifícios refere-se ao centro de controle operacional e sede da Companhia na cidade de Salto/SP.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

7. Imobilizado--Continuação**b) Movimentação**

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012			
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	343	58	-	401
Equipamentos de informática	1.853	459	-	2.312
Equipamentos de telefonia comercial	196	1	-	197
Construções	-	-	6.128	6.128
Imobilizações em andamento	4.728	1.416	(6.128)	16
Adiantamentos a fornecedores	-	508	-	508
Outros	143	197	-	340
	7.263	2.639	-	9.902
Depreciação				
Móveis e utensílios	(44)	(19)	-	(63)
Equipamentos de informática	(645)	(217)	-	(862)
Equipamentos de telefonia comercial	(13)	(19)	-	(32)
Outros	(46)	(26)	-	(72)
	(748)	(281)	-	(1.029)
Líquido	6.515	2.358	-	8.873
	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2011			
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Custo				
Móveis e utensílios	210	125	335	
Equipamentos de informática	1.475	125	1.600	
Equipamentos de telefonia comercial	7	1	8	
Imobilizações em andamento	250	91	341	
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	
Outros	92	67	159	
	2.034	409	2.443	
Depreciação				
Móveis e utensílios	(13)	(14)	(27)	
Equipamentos de informática	(349)	(130)	(479)	
Equipamentos de telefonia comercial	(2)	(1)	(3)	
Outros	(29)	(1)	(30)	
	(393)	(146)	(539)	
Líquido	1.641	263	1.904	

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

8. Intangível

a) Composição

		30/06/2012			31/12/2011
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(24.899)	517.345	522.450
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	103.684	(4.873)	98.811	92.162
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	85.102	(2.668)	82.434	74.366
Serviços de construção - em andamento	(iii)	53.482	-	53.482	37.007
Outros	(iv)	3.018	(348)	2.670	6.879
Direito de uso de software		948	(339)	609	646
		788.478	(33.127)	755.351	733.510

- (i) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente e acrescido da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. Substancialmente as praças de pedágio entraram em operação em novembro de 2009.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente com o objetivo de atender um nível específico de operacionalidade, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. A Companhia reconheceu esse ativo intangível, na data de adoção da ICPC 01 (IFRIC 12), em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. A Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11. b).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

8. Intangível--Continuação

b) Movimentação--Continuação

Durante o período findo em 30 de junho de 2012, a Companhia remensurou a provisão para investimentos em rodovias pela revisão da estimativa e época para liquidar a obrigação presente e reconheceu um ajuste, no montante de R\$3.511, em contrapartida do ativo intangível, conforme previsto na OCPC 05. Vide nota explicativa nº 11.b.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão.

9. Notas promissórias

<u>Instituição financeira</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Banco do Brasil S.A.	-	139.121
BES Investimento do Brasil S.A.	-	139.066
Banco ABC Brasil S.A.	-	64.184
HSBC Bank Brasil S.A.	-	96.277
Banco Caixa Geral S.A.	-	42.790
Banco BTG Pactual S.A.	518.552	-
	518.552	481.438

Em 15 de dezembro de 2011, a Companhia realizou a terceira emissão de notas promissórias comerciais, com oferta restrita de distribuição pública, tendo sido colocada a totalidade de 135 notas promissórias no valor nominal de R\$484.200, com vencimento para 13 de junho de 2012 e remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano. Os recursos recebidos pela Companhia foram utilizados para quitação das notas promissórias comerciais da segunda emissão. Os custos de captação totalizaram R\$6.278 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado.

Em 01 de junho de 2012, o Banco BTG Pactual S.A. adquiriu no mercado secundário as notas promissórias que venceram dia 13 de junho de 2012, prorrogando-as em 60 dias.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

9. Notas promissórias--Continuação

Esses títulos de dívida estão garantidos por avais de acionistas e de certas partes intervenientes garantidoras, além de: (a) Alienação Fiduciária da totalidade das Ações da Emissora exceção feita àquelas detidas por membros da diretoria e ou Conselho de Administração; (b) Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão e de Direitos de Crédito; e, (c) Contrato de Suporte de Acionistas, que requer a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25.

Em 30 de junho de 2012, a taxa efetiva de juros das notas promissórias era de 14,43% (18,14% em 31 de dezembro de 2011).

10. Partes relacionadas

a) Remuneração da administração

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Remuneração fixa (1)	572	452
Remuneração variável (2)	88	140
	<u>660</u>	<u>592</u>

(1) Incluem salários e honorários da administração, férias, 13º salário e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Referem-se à participação nos resultados, mencionada na nota explicativa nº 16.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota explicativa nº 16.

b) Mútuos a pagar

	<u>Mútuos a pagar</u>		<u>Despesas financeiras</u>	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Cibe Investimentos e Participações S.A.	20.025	19.096	928	983
Ascendi International Holding B.V.	16.021	15.279	742	787
Ascendi Brasil Participações Ltda.	4.005	-	47	-
Leão & Leão Ltda.	-	3.820	139	197
	<u>40.051</u>	<u>38.195</u>	<u>1.856</u>	<u>1.967</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

b) Mútuos a pagar--Continuação

Os contratos de mútuos foram originalmente celebrados em 09 de agosto de 2010, conforme previsto no Contrato de Suporte de Acionistas (vigente até a quitação da 3ª série de notas promissórias, em 13 de agosto de 2012), celebrado entre a Companhia, os acionistas e os credores (vide nota explicativa nº 9).

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês.

Conforme contrato de cessão de crédito datado de 11 de maio de 2012, em decorrência de mudança na composição acionária da Companhia, o mútuo com a Leão & Leão Ltda. foi transferido para a Ascendi Brasil Participações Ltda., subsidiária da Ascendi International Holding B.V..

11. Provisões

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão para demandas judiciais	1.686	1.480
Provisão para investimentos em rodovias	3.362	28.085
Provisão para manutenção em rodovias	7.662	4.167
	<u>12.710</u>	<u>33.732</u>
Parcela classificada no passivo circulante	<u>(3.362)</u>	<u>(23.248)</u>
Não circulante	<u>9.348</u>	<u>10.484</u>

a) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas advindos do curso normal de suas operações e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

A Administração constitui provisão para perdas, considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

A movimentação da provisão nos períodos foi como segue:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012		
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Trabalhistas	1.480	206	1.686
	1.480	206	1.686

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2011		
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Trabalhistas	42	116	158
	42	116	158

Adicionalmente, em 30 de junho de 2012, a Companhia possui o equivalente à R\$3.650 de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade reduzida de perdas, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas informações contábeis intermediárias.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na nota explicativa nº 8. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão nos períodos foi como segue:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012					
	Saldo inicial	Atualização monetária	Complemento de provisão	Reversão do AVP	Pagamento	Saldo final
Provisão para investimentos	28.861	283	3.511	-	(29.140)	3.515
Ajuste a valor presente (AVP)	(776)	-	-	623	-	(153)
	28.085	283	3.511	623	(29.140)	3.362

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2011				
	Saldo inicial	Atualização monetária	Reversão do AVP	Pagamento	Saldo final
Provisão para investimentos	91.510	2.901	-	(19.891)	74.520
Ajuste a valor presente (AVP)	(2.997)	-	1.840	-	(1.157)
	88.513	2.901	1.840	(19.891)	73.363

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

b) Provisão para investimentos em rodovias--Continuação

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/06/2012	31/12/2011
2012	-	23.248
2013	3.362	4.837
	3.362	28.085

c) Provisão para manutenção em rodovias

Foi constituída com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do resultado do período. O passivo, a valor presente, foi progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura.

A movimentação da provisão nos períodos foi como segue:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012		
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Provisão para manutenção	8.917	6.095	15.012
Ajuste a valor presente (AVP)	(4.750)	(2.600)	(7.350)
Saldo	4.167	3.495	7.662

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2011		
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Provisão para manutenção	4.270	2.296	6.566
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.556)	(784)	(2.340)
Saldo	2.714	1.512	4.226

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/06/2012	31/12/2011
2017	3.390	1.002
2018	650	484
2019	2.200	1.730
2020	597	437
2021	825	514
	7.662	4.167

12. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia é de R\$223.578, representado por 22.357.847.595 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações em 30 de junho de 2012		
		Integralizadas	A integralizar	Subscritas
Atlantia Bertin Participações S.A.	50,00%	11.178.923.797	-	11.178.923.797
Ascendi International Holding B.V.	50,00%	11.178.923.798	-	11.178.923.798
		22.357.847.595	-	22.357.847.595

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2011		
		Integralizadas	A integralizar	Subscritas
Cibe Investimentos e Participações S.A.	50,00%	11.178.923.797	-	11.178.923.797
Ascendi International Holding B.V.	40,00%	8.943.139.038	-	8.943.139.038
Leão & Leão Ltda.	10,00%	2.235.784.760	-	2.235.784.760
		22.357.847.595	-	22.357.847.595

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Adicionalmente, conforme Contrato de Suporte de Acionistas vigente até 13 de agosto de 2012, conforme comentado na nota explicativa nº 9, os acionistas asseguram a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital Social--Continuação

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

Em 22 de agosto de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social subscrito da Companhia, passando de R\$240.000 para R\$223.578, mediante o cancelamento das ações não integralizadas naquela data.

Em 11 de maio de 2012, ocorreu a transferência das ações pertencentes à Leão & Leão LTDA para a Ascendi International Holding B .V., já acionista e detentora de 40% das ações da Companhia.

Em 29 de junho de 2012, ocorreu a transferência das ações pertencentes à CIBE Investimentos e Participações S.A. para a Atlantia Bertin Participações S.A.. Com isso, o novo quadro societário passou a ser composto por Atlantia Bertin Participações S.A. e Ascendi International Holding B. V., cada qual com 50% de participação societária.

b) Reservas de lucros

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; e
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Como previsto no estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório deverá ser pago em 60 dias a contar da data de sua aprovação em assembleia geral, podendo, no entanto, a referida assembleia deliberar pela distribuição de dividendo inferior ao mínimo assegurado ou pela retenção total do lucro.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

13. Receita operacional líquida

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Receita com arrecadação de pedágio	79.852	73.064
Receita de serviços de construção	54.491	18.459
Receitas acessórias	291	206
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(6.890)</u>	<u>(6.311)</u>
	<u>127.744</u>	<u>85.418</u>

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços – ISS (de 4,5% a 5%), Programa de integração social – PIS (0,65%) e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS (3%).

14. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Com pessoal (Nota 16)	(10.155)	(8.216)
Serviços de terceiros	(10.177)	(10.341)
Depreciação e amortização	(7.349)	(6.058)
Ônus variável da concessão	(2.401)	(2.198)
Manutenção e conservação	(5.165)	(4.733)
Custo dos serviços de construção	(54.491)	(18.459)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(3.495)	(1.512)
Outros	<u>(2.849)</u>	<u>(3.120)</u>
	<u>(96.082)</u>	<u>(54.637)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(89.924)	(49.798)
Despesas gerais e administrativas	<u>(6.158)</u>	<u>(4.839)</u>
	<u>(96.082)</u>	<u>(54.637)</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

15. Resultado financeiro

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias	(37.114)	(35.391)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	(1.856)	(1.967)
Variação monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente	(906)	(4.741)
Multas passivas	(5.672)	(14)
Outros	(371)	(421)
	<u>(45.919)</u>	<u>(42.534)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	750	3.811
Ganho não realizado com operação de derivativo (Nota 18.a)	1.393	-
Outros	8	23
	<u>2.151</u>	<u>3.834</u>
Resultado financeiro	<u>(43.768)</u>	<u>(38.700)</u>

16. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Salários e encargos sociais	7.305	5.516
Benefícios previstos em lei	1.633	660
Benefícios adicionais	84	840
Plano de participação nos resultados	1.133	1.200
	<u>10.155</u>	<u>8.216</u>

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus empregados e administradores benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores e administradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados no resultado do período, quando incorridos. A Companhia não concede benefícios pós-emprego a seus empregados e administradores.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

16. Benefícios a empregados--Continuação

Plano de participação nos resultados

A Companhia possui plano complementar de remuneração variável, aprovado pelo Conselho de Administração, para empregados e administradores que considera o atendimento de metas pré-estabelecidas para o ano, conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.

17. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido ou prejuízo do período pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido ou prejuízo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas ou dívidas conversíveis em ações ordinárias. Portanto, o resultado básico e diluído por ação são equivalentes.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Numerador:		
Prejuízo do período	<u>(8.685)</u>	<u>(5.919)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>22.357.800.000</u>	<u>22.357.800.000</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$	(0,388)	(0,265)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se do risco cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, notas promissórias e mútuos a pagar a partes relacionadas.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e a variação da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), que é o indexador das dívidas da Companhia.

- Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às notas promissórias e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

Em 06 de junho de 2012, para mitigar este risco sobre as notas promissórias, remuneradas pela variação do CDI e *spread* de 3,7% ao ano, a Companhia celebrou, junto ao Banco BTG Pactual S.A., um *swap* de taxa de juros, na quantia nominal de R\$600.000, com vencimento para 13 de agosto de 2013, para troca de taxa de juros variável (CDI e *spread* de 3,7%) por taxa de juros fixa de 8,35% (acrescida da variação do IPCA). Em 30 de junho de 2012, a Companhia calculou o valor justo deste instrumento financeiro e reconheceu o ganho não realizado de R\$1.393 no ativo não circulante, em contrapartida de receitas financeiras, na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

- Risco de taxa de juros--Continuação

A Companhia adotou, para cálculo do valor justo do *swap*, a curva futura de mercado publicada pela BM&FBOVESPA em 30 de junho de 2012. O cálculo considera o valor futuro da operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para o prazo negociado, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/06/2012</u>
Ponta ativa – CDI + 3,7%	<u>604.456</u>
Ponta passiva – IPCA + 8,35%	<u>(603.063)</u>
Ganho não realizado	<u>1.393</u>

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no resultado da Companhia antes da tributação (que é afetado substancialmente pelo impacto das notas promissórias e mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a variação da taxa média do CDI).

Passivo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI		8,38%	10,48%	12,57%
Notas promissórias (2)	Aumento do CDI	(75.309)	(88.360)	(101.316)
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	(3.811)	(4.709)	(5.609)
Derivativo – SWAP	Aumento do CDI	4.696	17.915	30.389

- (1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.
(2) Inclui 4ª série das notas promissórias emitidas em 13/08/2012 (vide nota explicativa nº 20), com vencimento para 13/08/2013.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito--Continuação

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é o valor registrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa, no balanço patrimonial.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

c. Risco de liquidez--Continuação

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2012 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Notas promissórias (Nota 9)	518.552	-	-	518.552
Fornecedores e prestadores de serviços	18.149	-	-	18.149
Credor pela concessão	391	-	-	391
Obrigações tributárias	2.042	-	-	2.042
Obrigações trabalhistas	3.186	-	-	3.186
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	-	-	40.051	40.051
Outros passivos	73	171	3.042	3.286
Total	542.393	171	43.093	585.657

d. Valores justos dos ativos e passivos financeiros

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos financeiros não diferem dos seus valores de mercado, devido à sua indexação a juros de mercado, quando aplicável, e/ou natureza de curto prazo.

e. Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado. Os acionistas asseguram a manutenção e/ou reequilíbrio da relação entre dívida e capital próprio da Companhia na proporção de 75/25, como mencionado na nota explicativa nº 9.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: notas promissórias e mútuos a pagar a partes relacionadas, menos caixa e equivalentes de caixa.

	30/06/2012	31/12/2011
Notas promissórias	518.552	481.438
Mútuos a pagar a partes relacionadas	40.051	38.195
(-) Caixa e equivalente de caixa	(3.982)	(27.347)
Dívida líquida	554.621	492.286
Patrimônio líquido	198.723	207.408
Patrimônio líquido e dívida líquida	753.344	699.694

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	652.066
	Responsabilidade civil	22.148
	Riscos de engenharia	188.706
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	65.996
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	146.783

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. Evento subsequente

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia realizou a emissão da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$600 milhões, tomadas integralmente pelo Banco BTG Pactual S.A., com vencimento em 13 de agosto de 2013. Esses recursos foram substancialmente utilizados para liquidação da 3ª série de notas promissórias comerciais (vide Nota 9).

Essas notas promissórias estão garantidas por: (i) alienação fiduciária das ações de controle acionário da Companhia; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis da Companhia; e (iii) constituição em garantia de todos os direitos emergentes da concessão.

Conforme contrato assinado entre as partes, a emissão da 4ª série de notas promissórias possui as seguintes principais cláusulas restritivas:

- (a) na hipótese de excussão das garantias objeto dos Contratos de Garantia, em observância às disposições do artigo 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 ("Lei de Concessões"), obter prévia aprovação da ARTESP na hipótese de transferência do controle acionário da Companhia, bem como respeitar o direito de co-segurado da ARTESP nas apólices de seguros exigidas no Contrato de Concessão;

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de Reais)

20. Evento subsequente--Continuação

- (b) manter a relação de dívida sobre o capital social da Companhia em proporção inferior a 75/25 durante o prazo de vigência das notas promissórias comerciais, sendo que, caso solicitado pelo Agente de Notas, apresentar balancetes parciais para confirmação da mencionada relação de, no máximo, 75/25, sendo certo que a memória de cálculo com todas as contas abertas necessárias para a obtenção final desta relação deverá ser realizada pela Companhia e entregue tempestivamente ao Agente de Notas;
- (c) exceto pelos mútuos a pagar, pelo Acordo de Acionistas existente na data de celebração deste Contrato, não celebrar qualquer acordos que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, vincule ou possa criar qualquer ônus ou gravame ou limitação de disposição de ações emitidas pela Companhia; e,
- (d) não realizar, nem permitir que a Companhia realize, qualquer cisão, fusão ou incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária que implique na alteração do seu controle ou redução do seu capital social, sem aprovação prévia escrita e expressa dos titulares das notas promissórias comerciais.

B. Alfredo Baddini Blanc
Contador CRC 1SP126402/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às informações contábeis intermediárias da Companhia referente aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012

Tietê, 15 de agosto de 2012.

Sebastião Ricardo C. Martins
Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes
Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às informações contábeis intermediárias da Companhia referente aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012

Tietê, 15 de agosto de 2012.

Sebastião Ricardo C. Martins
Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes
Diretor Administrativo Financeiro